

Resenhas

Walter Benjamin. *Escritos sobre mito e linguagem (1915-1921)*. São Paulo, Duas Cidades/Editora 34, 2011, 176 pp.

Fabio Mascaro Querido
Doutorando em Sociologia, Unicamp

História, linguagem e interrupção da “servidão mítica” no jovem Benjamin

Ainda que o pensamento de Walter Benjamin (1892-1940) se caracterize como poucos por certa descontinuidade e fragmentação teórica, ele manteve no curso de seu desenvolvimento algumas preocupações essenciais. Ao longo desse itinerário intelectual, as novas aquisições teóricas não significaram a ruptura com as que até então vigoravam em seu pensamento, mas sim fizeram com que este se colocasse em um patamar mais elevado de reflexão. Com efeito, a aproximação ao marxismo desse incomum recolhedor dos trapos e das ruínas da vida social moderna, a partir de meados da década de 1920 – sem dúvida o momento mais decisivo de sua trajetória intelectual –, longe de representar uma

ruptura total com suas preocupações de juventude, conferiu a estas um novo fundamento teórico, mais consistente, que contribuiria para a consolidação do seu modo idiossincrático de reivindicar a crítica ao capitalismo. Descontinuidade aí não significa ruptura exatamente porque pressupõe de modo dialético uma continuidade subterrânea de temas e reflexões ao longo do tempo.

Escritos sobre mito e linguagem reúne sete ensaios de juventude desse autor que – nas palavras de seu “primeiro discípulo”, Theodor Adorno – se sentia, e em certa medida estava, “distante de todas as correntes” (embora também estivesse, como notou Michael Löwy, no “cruzamento de todos os caminhos”). Redigidos entre 1915 e 1921, esses ensaios tratam de questões literárias, (“Dois poemas de Friedrich Hölderlin”, de 1915, e “*O Idiota* de Dostoievski”, de 1917), passando por questões de ordem estética (“Sobre a pintura *ou* signo e mancha”, também de 1917), até filosóficas (“Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem”, de 1916, “Destino e caráter”, de 1919, “A tarefa do tradutor”, de 1921, e “Para uma crítica da violência”, de 1921).

Esses ensaios revelam a ebulição de um pensamento, cuja forma de composição já manifesta com inteireza a fragmentação que, como dissemos, caracteriza a obra do filósofo. Se a forma ensaio é, no limite – como sugeriu o jovem Lukács de *A alma e as formas* –, uma forma de arte, ela encontra nos escritos do jovem Benjamin algumas de suas mais proeminentes expressões. A linguagem hermética, mesmo esotérica, confirma a ideia-força – também presente, ainda que de modo diferente, em sua obra posterior – de que “cada frase é escrita como se fosse a primeira ou a última”, segundo Susan Sontag. De resto, tal escrita ensaística refletia, naquele momento, as singularidades do pensamento benjaminiano, tensionado que estava entre a recusa romântica da ordem burguesa moderna e a germinação complexa da esperança de um novo reino messiânico no plano da imanência histórica.

Reler esses escritos a partir dos desdobramentos posteriores do pensamento do autor, notadamente após a incorporação heterodoxa do materialismo marxista,

parece, devido a esse tensionamento, uma boa chave interpretativa, capaz de devolver a relevância que de fato merecem esses ensaios, em geral pouco estudados, inclusive e sobretudo no Brasil. Trata-se de uma alternativa de interpretação interessante não porque o marxismo fornecesse, para Benjamin, a solução definitiva para suas inquietações de juventude, mas porque foi a partir de uma leitura específica dessa tradição teórica que, nas décadas de 1920 e 1930, o filósofo redimensionou qualitativamente sua reflexão sobre a história, a linguagem, a modernidade. Essa releitura torna possível, portanto, resgatar a importância fundamental dos trabalhos produzidos por Benjamin antes do período sobre o qual se debruçam quase exclusivamente as diversas frentes de recepção de sua obra – tais como a da problemática das mudanças da narração, a da percepção na grande cidade moderna ou a das transformações das práticas artísticas após a emergência da reprodutibilidade técnica.

Tome-se, como exemplo dos benefícios dessa releitura, o caso da concepção benjaminiana da história. Esta, que será magistralmente sintetizada nas teses de “Sobre o conceito de história” – redigidas no ano do seu suicídio, em 1940 –, deita algumas de suas raízes mais profundas em ensaios de juventude, como o brilhante “A vida dos estudantes”, escrito entre 1914-1915 (não incluído na presente coletânea), ou o extraordinário “Para uma crítica da violência”. Neste último, o messianismo libertário já propugnava a necessidade da violência revolucionária (a “violência pura”, de ordem divina) a fim de interromper a dominação da violência do poder, do direito, da “justiça”, enfim, de toda concepção mítica do destino como continuidade da catástrofe: “É na ruptura desse círculo atado magicamente nas formas míticas do direito, na destituição do direito e de todas as violências das quais ele depende, e que dependem dele, em última instância, então, na destituição da violência do Estado, que se funda uma nova era histórica” (p. 155).

No ensaio “O *Idiota* de Dostoievski”, por outro lado, Benjamin visualiza na vida infantil uma “infinita potência de salvação” (p. 79) em ruptura com os im-

perativos do destino mítico. O direito, diz Benjamin no pequeno ensaio “Destino e caráter”, “erige as leis do destino, da infelicidade e da culpa à condição de medida da pessoa” (p. 93). O destino, por sua vez, sela “o nexos de culpa do vivente” como parâmetro de sua “servidão mítica”. Assim, a verdadeira felicidade não é uma categoria constitutiva do destino, ou, mais amplamente, do *continuum* histórico. Ao contrário: “a felicidade é, muito mais, o que liberta aquele que é feliz das cadeias do destino e da rede do seu próprio destino” (p. 92); em outras palavras, ela sinaliza a interrupção do “destino demoníaco”, e, como a própria revolução depois reivindicada, constitui um “freio de emergência” diante da locomotiva da catástrofe mítica. (“Enquanto houver um mendigo, seguirá existindo o mito”, disse Benjamin em *Passagens*, confirmando a perspectiva da emancipação social como quebra da cadeia mítica).

Portanto, nestes ensaios de juventude, a preocupação de Benjamin com a problemática do mito (ou da “violência mítica” do direito) era tão somente outra faceta de sua preocupação com a história, tal como ressalta Jeanne Marie Gagnebin (p. 9), responsável pela excelente organização, apresentação e notas da coletânea. A contraposição entre *história* e *mito* – que, na esteira da tradição judaica, incorpora a oposição entre *religião* e *natureza* – já revelava os primeiros contornos da crítica do Benjamin “materialista”, no projeto de *Passagens*, à história petrificada do século XIX, à “história-natural” vivida como um “sonho coletivo”, crítica que, para se realizar, reclamava uma perspectiva alegórica em relação ao “amontoado de ruínas” a que convencionamos chamar de progresso (a esse respeito, ver também IX tese em “Sobre o conceito de história”). Em ambos os casos, na juventude e na “maturidade”, tratava-se da luta para escapar do domínio da natureza e do mito, adentrando o da religião, que, na matriz judaica, se assenta, por sua vez, no domínio mesmo da história.

Para Benjamin, naquele momento, estava em questão o vínculo indissociável entre razão e lingua-

gem, ou melhor, entre história e linguagem: a história é constantemente reelaborada, rescrita e “atualizada” – para usar uma expressão enfaticamente utilizada em *Passagens* – pela linguagem, indicando a possibilidade de uma nova maneira de escrevê-la. “Toda manifestação da vida espiritual humana pode ser concebida como uma espécie de linguagem”, afirma Benjamin no ensaio “Sobre a linguagem em geral e sobre a linguagem do homem”, no qual aparecem alguns temas que, alguns anos depois, seriam desenvolvidos em 1925 no “prólogo epistemológico-crítico” de sua tese de habilitação – recusada pela Universidade de Frankfurt – *A origem do drama barroco alemão*.

A linguagem é também índice do *despertar* de um “fim messiânico da história” no ensaio “A tarefa do tradutor” – originalmente concebido como prefácio à sua tradução para o alemão da seção “Quadros parisienses” de *As flores do mal* de Baudelaire. Toda tradução, segundo Benjamin, está dirigida a este horizonte utópico: a busca por um estágio definitivo da construção da linguagem, marcado pela reconciliação e pela plenitude das línguas e, então, pela procura da Revelação oculta nas intenções complementares das diversas línguas específicas. “A tarefa do tradutor é redimir, na própria, a pura língua, exilada na estrangeira, liberar a língua do cativo da obra por meio da recriação” (p. 117). Em nome da “pura língua”, rompem-se as barreiras da própria língua, em direção a uma nova escritura da vida e da história.

Em conjunto, os ensaios de *Escritos sobre mito e linguagem* constituem, então, por essas e por outras razões, uma boa amostra do quanto a vitalidade do pensamento posterior de Benjamin – menos metafísico, mais “materialista” – decorre exatamente de sua capacidade de mobilizar esses estilhaços da tradição judaico-messiânica e do romantismo (sobretudo alemão, mas não só) a partir de uma perspectiva dialética. Esta foi a sua forma de oxigenar e potencializar a crítica da civilização capitalista moderna, formulando – nas décadas de 1920 e 1930 – uma compreensão

singular do marxismo absolutamente irreduzível às diversas vertentes do pensamento reificado.